

PARECER nº 39554025.2023.LAFEPE - SUJUR

SEI Nº 0060407850.000225/2022-64

CONSULTA. DIREITO ADMINISTRATIVO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SERVIÇO DE LIMPEZA. POSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO NO ART. 29, INC. II, DA LEI FEDERAL 13.303/2016. SATISFAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS.

I - Contratação direta mediante dispensa de licitação, objetivando a contratação de serviço de **HIDROJATEAMENTO, SUCÇÃO, LIMPEZA E TRATAMENTO dos sistemas de esgotamento/tratamento de efluentes industriais/domésticos** do LAFEPE.

II - Admissibilidade. Hipótese de licitação dispensável prevista no art. 29, inciso II, da Lei das Estatais, cumulado com o art. 127 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do LAFEPE.

I - RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo oriundo da Divisão de Utilidades - DIUTI, da Coordenadoria de Manutenção - COMAN, subordinada a Diretoria de Engenharia - DIREN, com o objetivo de verificar a legalidade da contratação de serviço de empresa especializada para **HIDROJATEAMENTO, SUCÇÃO, LIMPEZA E TRATAMENTO dos sistemas de esgotamento/tratamento de efluentes industriais/domésticos** do Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S/A. - LAFEPE, conforme descrito no Termo de Referência (id 30773340), por meio da **DISPENSA DE LICITAÇÃO** insculpida no art. 29, inciso II, da Lei 13.303/2016, no importe total de **R\$ 63.050,00 (sessenta e três mil e cinquenta reais)**.

Vieram os autos a esta Superintendência Jurídica, para emissão de Parecer, instruído com os documentos que integram o processo SEI nº **0060407850.000225/2022-64**, dentre os quais destacam-se os seguintes, pela ordem no processo:

- I - Termo de Referência inicial (id 28305453);
- II - Publicação Site LAFEPE (id 37109598);
- III - Mapa de preços (id 37671888);
- IV - CI 385 - análise das cotações (id 38974375);
- V - Declaração 59 - termo de validação da proposta (id 28305548);

VI - Proposta vencedora (id 37535156);

VII - Parecer técnico de análise e aprovação da proposta vencedora e da documentação técnica (id 28305571);

VIII - Documentação de habilitação jurídica e fiscal (37112231, 39548803, 39211687,39331009, 39333873, 39334287);

IX - Termo de referência final (id 30773340);

X - Autorização para abertura do processo (id28305603);

XI - Declaração de disponibilidade orçamentária (id 28305596);

XII - Outros documentos exigidos pelo RILC e pela Lei nº 13.303/2016.

É o que se tem a relatar, para o momento.

2. DA ANÁLISE JURÍDICA

A Constituição da República impõe ao Poder Público o dever de observar o princípio instrumental da licitação, cuja finalidade - *em termos simplórios* - é propiciar a contratação mais vantajosa à Administração senão vejamos:

“Art. 37, XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações” (sem destaques no original).

Por ser regra, o Princípio da Licitação deve ser lido da forma mais extensível quanto possível, ao passo que as exceções devem ser lidas e interpretadas de forma restritiva. Assim, na prática: licitar sempre quando possível, contratar sem licitação **somente quando estritamente necessário.**

Entretanto, a Carta Magna prevê expressamente a existência de casos que excepcionam o dever de licitar. São os casos das licitações tidas por **inexigíveis, dispensadas ou dispensáveis.**

Nesse esteio, a contratação que se pleiteia e encontra-se sob análise, em tese se amolda a hipótese prevista no art. 29, inciso II, da Lei n.º 13.303/2016, *verbis*:

“Art. 29. É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior

vulto que possa ser realizado de uma só vez”.

Destaca-se que o parágrafo 3º, do art. 29 da Lei n.º 13.303/2016, autorizou que os valores estabelecidos nos incisos I e II do art. 29, acima, sejam alterados para refletir a variação dos custos:

“§ 3º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput podem ser alterados, para refletir a variação de custos, por deliberação do Conselho de Administração da empresa pública ou sociedade de economia mista, admitindo-se valores diferenciados para cada sociedade”.

Aplicando o disposto pela Lei, o CONSAD - Conselho de Administração do LAFEPE, conforme registrado na Ata da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 20 de dezembro de 2022, arquivada na JUCEPE em 14/03/2023, sob o protocolo nº 239701410 de 13/03/2023, deliberou e aprovou a correção dos valores de dispensa de licitação utilizando-se o IPCA-IBGE de 2018 a 2022, corrigindo-se os valores dispostos pelos incisos I e II do art. 29, da lei 13.303/2016, que passam a vigor com os seguintes limites:

“Inciso I - para obras e serviços de engenharia o valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) fica corrigido para R\$ 129.957,15 (cento e vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e sete reais e quinze centavos);

Inciso II - para outros serviços e compras o valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil) fica corrigido para R\$ 64.975,05 (sessenta e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e cinco centavos)”.

Desse modo, como podemos observar do texto legal, para a incidência do artigo 29, inc. II, da lei 13.303/2016, é necessário que se observe: a) o limite da despesa, cujo valor, para o LAFEPE, em virtude da aplicação do §3º do art. 29, da lei 13.303/2016, no presente caso, não pode ser superior a **R\$ 64.975,05 (sessenta e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e cinco centavos);** e, **b)** não constituir a despesa uma parcela de uma outra contratação de maior vulto que possa ser realizada de um só vez.

Considerando que a contratação pretendida, conforme mapa de cotação (id 37671888) e proposta de menor preço (id 37535156), está orçada no valor total **R\$ 63.050,00 (sessenta e três mil e cinquenta reais)**, foi observado o requisito do limite legal da despesa.

Quanto ao segundo requisito, *não constituir a despesa uma parcela de outra contratação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez*, embora não o diga expressamente o inc. II, do art. 29, fica clara a intenção do legislador de impedir a contratação direta por meio de eventual fracionamento do objeto para adequar ao valor permitido para a dispensa.

A obra Licitações e Contratos – Orientações Básicas, editada e publicada pelo Tribunal de Contas da União, traz os seguintes esclarecimentos a respeito do tema:

“O fracionamento se caracteriza quando se divide a despesa para utilizar modalidade de licitação inferior à recomendada pela legislação para o tal da despesa, ou para efetuar contratação direta.(...)”.

A vedação legal ao fracionamento pretende justamente preservar a vantajosidade dos contratos firmados pela Administração a partir da viabilização de uma maior competitividade, teoricamente proporcionada pela concentração das aquisições num mesmo certame.

Dessa forma, o fracionamento de despesas pode prejudicar a escolha da melhor proposta para o Poder Público em razão da perda da economia de escala bem como da restrição à competitividade nos certames licitatórios e deve ser sempre objeto de avaliação e controle pela área demandante posto que a **SUJUR não detém esta competência**.

O Regulamento Interno do LAFEPE também dispõe sobre as hipóteses de dispensa de licitação nas compras e contratações da Estatal, assim como também orienta sobre os procedimentos a serem adotados, *verbis*:

*“**Art. 128.** Verificado que a hipótese se enquadra em algum dos casos de dispensa de licitação **previsto no art. 29 da Lei Federal nº 13.303/2016, a área Demandante providenciará a elaboração, conforme o caso, do Termo de Referência** ou do Projeto básico, se tratar de obras e serviços de engenharia, as quais devem indicar, de forma clara e objetiva, no mínimo”.*

*“**Art. 129. Nas hipóteses de dispensa de licitação previstas no art. 29, incisos I, II, III, IV, V, VII, VIII, IX, X, XII, XIII, XIV e XV, da Lei Federal nº 13.303/2016, a Área Demandante deverá, sempre que possível realizar uma pesquisa de preços para formação de um orçamento estimado da contratação,** com objetivo de referenciar a análise de economicidade das propostas apresentada” (sem destaques no original).*

Na contratação em questão **observa-se a existência do Termo de Referência da contratação e a publicidade da intenção de contratar**, com publicação no site do LAFEPE, com retorno positivo para um quantitativo mínimo de três fornecedores, atendendo-se ao exigido pelo Regulamento Interno e pelos Tribunais de Contas.

O critério de escolha pela área demandante foi o da proposta de menor preço ofertado e atendimento aos requisitos de habilitação elencados no Termo de Referência.

Desse modo, entende-se cumpridos os procedimentos previstos no regulamento interno, atinentes a publicidade da contratação e comprovação da modicidade do preço a ser pactuado.

Verifica-se ainda que foram juntados aos autos os documentos comprobatórios dos requisitos de habilitação elencados no TR, que foram avaliados e aprovados pela área demandante.

Como determina a matriz de competências do Regulamento interno de Licitações e Contratos do LAFEPE, o processo foi revisado e autorizado pelo Diretor de Engenharia e há nos autos declaração de disponibilidade orçamentária.

Diante dessas considerações passamos então as conclusões.

4. CONCLUSÃO

Ante o exposto, concluiu-se presentes os pressupostos de regularidade jurídica do processo, permitindo a contratação por dispensa de licitação da empresa **VICENTE MACHADO DA SILVA**, inscrita no CNPJ nº **19.749.982/0001-47** para prestação do serviço de **HIDROJATEAMENTO, SUCÇÃO, LIMPEZA E TRATAMENTO dos sistemas de esgotamento/tratamento de efluentes industriais/domésticos** do Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S/A. - LAFEPE, conforme descrito no Termo de Referência (id 37097629), por meio da **DISPENSA DE LICITAÇÃO** insculpida no art. 29, inciso I, da Lei 13.303/2016, com limite legal atualizado na forma do §3º do art 29, no importe total de **R\$ 63.050,00 (Sessenta e Três mil e cinquenta reais)**.

Salienta-se que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Importante destacar que o parágrafo único, do art. 136, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênio do LAFEPE tem por textual a orientação de que *"nas hipóteses de contratação direta prevista no art. 29, I e II da Lei Federal 13.303/2016, é dispensável a emissão de parecer jurídico"*.

A presente consultoria se dá sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a esta **SUJUR** adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito do LAFEPE, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Alberto Trindade

Gestor de Desenvolvimento

SUJUR – Mat. 3389 – OAB/PE 24.422

Thales Cabral

Advogado

SUJUR – Mat. 3411 – OAB/PE 28.497

De acordo.

Germana Lobo

Superintendente Jurídica Interina

SUJUR – Mat. 3250 - OAB/PE 946B



Documento assinado eletronicamente por **Germana De Melo Lobo Freire**, em 08/08/2023, às 09:36, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alberto Affonso Ferreira Marques Trindade**, em 08/08/2023, às 09:41, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thales Etelvan Cabral Oliveira**, em 08/08/2023, às 11:42, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **39554025** e o código CRC **D5B5F009**.

LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES

Largo de Dois Irmãos, 1117, - Bairro Dois Irmãos, Recife/PE - CEP 51110-130, Telefone: (81) 3183-1100